

Sociologia da Comunicação: o trabalho pioneiro de José Júlio Gonçalves em Portugal*

Jorge Pedro Sousa[†]

Índice

Introdução	3
1 Técnicas de Propaganda (1961)	6
2 Política de Informação (1963)	7
3 Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia (1972)	11
Considerações finais	15
Referências bibliográficas	17

*Artigo originalmente publicado na revista indexada e arbitrada *Comunicação & Sociedade*, vol. 31, n.º 53, Julho de 2010, pp. 123-144. Trabalho produzido no âmbito do projecto de pesquisa Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER.

[†]Jorge Pedro Sousa (jorgepedrosousa@gmail.com) é professor catedrático de Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa, agregado em Jornalismo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e doutor e pós-doutor em Jornalismo pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). É investigador do Centro de Investigação Media e Jornalismo.

Resumo

Neste trabalho, procura resgatar-se a obra de José Júlio Gonçalves, um dos pioneiros da sociologia da informação e da comunicação em Portugal. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à revisão de literatura. Conclui-se que o autor se preocupou em diagnosticar o estado do jornalismo no mundo português, incluindo as então colónias africanas e asiáticas, recuperando factos olvidados pela história, nomeadamente a intervenção portuguesa na expansão da imprensa e da tipografia. Também faz um diagnóstico jurídico-sociológico à situação do jornalismo português de então, insinuando, sem emitir juízos de valor, que a censura era um instrumento de propaganda do Governo, que, como todos os governos, zelava pelos seus interesses através da política de informação adoptada.

Palavras-chave: sociologia da comunicação e da informação; José Júlio Gonçalves; jornalismo; Portugal.

Abstract

This paper seeks to redeem the work of José Júlio Gonçalves, one of the pioneers of the sociological study of information and communication in Portugal. The research is based in literature review. We concluded that the author tried to made a diagnosis of the state of journalism in the Portuguese world, including the African and Asian colonies, retrieving facts hidid by history, like the Portuguese intervention in the expansion of the press and printing in the world. He also made a diagnosis of the legal and sociological situation of journalism in Portuguese explaining that censorship was a propaganda tool of the government, which, like all governments, watched over their interests through the adopted information policy. **Key-words:** communication and information sociology; José Júlio Gonçalves; journalism; Portugal.

Resumen

Este trabajo intenta rescatar la obra de José Júlio Gonçalves, uno de los pioneros de la sociología de la información y de la comunicación en Portugal. Lo método fue la revisión de literatura. Llegamos a la conclusión de que el autor ambicionó diagnosticar el estado del periodismo

en el mundo português, incluyendo las colonias africanas y asiáticas, y recuperar hechos olvidados por la historia, principalmente la intervención portuguesa en la expansión de la prensa y de la tipografía. Gonçalves también hace un diagnóstico de la situación jurídica y sociológica del periodismo português de entonces, insinuando, sin hacer juicios de valor, que la censura era un instrumento de propaganda del Gobierno, que, como todos los gobiernos, protegía a sus intereses a través de la política de información que adoptaba. **Palabras-llave:** sociología de la información y de la comunicación; José Júlio Gonçalves; periodismo.

Introdução

Lendo-se e vendo-se obras como *Portugal: Um Retrato Social*, organizado por António Barreto e Joana Pontes (2007), pode dizer-se que os anos sessenta foram uma década em que Portugal se modernizou e abriu. A industrialização tornou uma sociedade predominantemente rural numa sociedade predominantemente urbana. As mulheres, trabalhando ao lado dos homens nas novas empresas, viram melhorar o seu estatuto e foram adquirindo a sua independência. Salários regulares permitiram a aparição de atitudes consumistas que rompiam com a lógica dos “pobres, honestos, católicos e rurais” imposta por Salazar ao seu Estado Novo (1933-1974). O turismo e a emigração contribuía para arejar o país. Mas a censura imperava. O sistema educativo tinha um recorte nacionalista que enviesava o ensino da história. O catolicismo era omnipresente e a sua influência sentia-se nas leis, no Estado, nos hábitos dos portugueses e, claro, também na Universidade. O país, para manter um império colonial, contrário à marcha dos tempos, envolvia-se numa guerra colonial em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique (a União Indiana já tinha ocupado as possessões portuguesas na Índia), que só terminaria após a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974).

O ambiente renovado que, apesar de tudo, estimulou Portugal nos anos sessenta também se fez sentir na academia. José Júlio Gonçalves, nascido em 1929, foi, então, um dos jovens professores que, a partir de 1961, ano em que ingressou como professor no Instituto Superior de

Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), contrariou a lógica bafienta e quase escolástica da universidade portuguesa de então, em favor de uma atitude de investigação empírica, no terreno, e de produção intelectual em campos que, ao contrário do que sucedia noutros países, eram, à época, bastante desconsiderados pelos universitários portugueses – os campos da comunicação, da informação e do jornalismo. Não sendo um comunicólogo – a sua graduação é direito, mas doutorou-se no ISCSPU, no campo da antropologia e sociologia, e em ciência política, pela Universidade Complutense de Madrid – surpreende, de facto, o recorte sociológico e comunicacional de base empírica que deu às suas pesquisas.

Para se perceber melhor a importância de José Júlio Gonçalves e a sua atitude revolucionária e de ruptura (em termos académicos, não políticos) com a forma de funcionamento imposta pelo regime ditatorial e corporativo de Salazar e Caetano às universidades portuguesas, deve explicar-se que não foi, sequer, permitida pelo regime a existência de um curso de sociologia em Portugal – possivelmente com receio do diagnóstico “subversivo” que as ciências sociais poderiam dar do país. Por isso, os primeiros institutos universitários portugueses que ofereceram cursos de base sociológica tiveram de mascarar as designações, quer dos cursos quer dos próprios estabelecimentos de ensino. Foi o caso, por exemplo, do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), fundado em 1972. No entanto, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina foi mais audaz na denominação que adoptou, a partir de 1962¹, ao incorporar a designação “Ciências Sociais”, sinal que efectivamente alguma coisa mudava na Academia portuguesa (o primeiro curso de Ciências Sociais, porém, seria instituído apenas em 1972, no ISCSPU, já durante o Governo de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar e um homem com ideias mais arejadas).

A obra de José Júlio Gonçalves no campo da sociologia da infor-

¹ O ISCSPU era herdeiro da Escola Colonial, renomeada Escola Superior Colonial em 1947 e, em 1954, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Em 1961, passou a integrar a Universidade Técnica de Lisboa, tendo a sua denominação mudado para Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. O curso de Ciências Sociais foi instituído em 1972. Após 1974, devido à queda do Estado Novo e à independência das ex-colónias, passou a designar-se apenas Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

mação é persistente, sistemática e coerente, tendo-se desenvolvido ao longo da década de sessenta e no início da década de setenta, em livros como *Técnicas de Propaganda* (1961), *Sociologia da Informação* (1963), *Política de Informação* (1963) e *Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia* (1972), entre outros. Obviamente, todos esses são livros que devem ser lidos tendo-se em consideração o contexto português da época. Ao tempo, os jornais predominavam no panorama da comunicação social e o país estava amarrado à ditadura do Estado Novo, que durante décadas tinha asfixiado o seu desenvolvimento e mantinha colónias à custa de uma guerra colonial que ceifava vidas. Aliás, vários dos livros de José Júlio Gonçalves são devotados ao estudo do jornalismo nas então colónias portuguesas, casos de *A Informação em Angola* (1964), *A Informação em Moçambique* (1965), *A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe* (1966) e *A Informação nas Províncias do Oriente* (1967). Mas, para além de darem pistas sobre o entendimento que alguns sociólogos portugueses tinham dos fenómenos comunicacionais nas sociedades de então, os livros de José Júlio Gonçalves também demonstram o esforço empreendido por alguns académicos mais jovens, caso do autor aqui abordado, para, nos anos sessenta, dotar de cientificidade os estudos sociais e comunicacionais desenvolvidos em Portugal, sintonizando-os com o que se passava no mundo desenvolvido. Essa era, de resto, uma atitude revolucionária, pois em Portugal alguns espíritos ainda desconsideravam os fenómenos comunicativos, quer a nível científico, quer mesmo a nível profissional – a título de exemplo, Bramão (1899, p. 16), Veloso (1910/1911) e Marques Gastão (1959) afirmavam que os jornalistas não careceriam de formação, e muito menos de formação superior, pois exerceriam a sua actividade baseados nas suas qualidades inatas.

Este artigo, assente na pesquisa e revisão bibliográfica, tem assim por objectivo resgatar o trabalho pioneiro do professor José Júlio Gonçalves na introdução da sociologia da comunicação e do jornalismo em Portugal, determinando as linhas mestras da argumentação do citado pesquisador. Por esse motivo, serão abordadas apenas as obras mais emblemáticas do autor no campo da sociologia, até porque várias das considerações que nelas ele faz se encontram reproduzidas noutras obras.

1 Técnicas de Propaganda (1961)

Em *Técnicas de Propaganda* (1961), o autor salienta a tendência do homem para viver em sociedade, que o leva a estabelecer relações sociais e a trocar informações, opiniões, etc. Refere, abundantemente, o sociólogo Juan Beneyto, para quem as comunicações que o homem pode estabelecer com os seus semelhantes podem ser: *comunicações individuais; comunicações colectivas e comunicações comunitárias*. (Gonçalves, 1961, p. 15-16).

Esta classificação dos meios de informação humanos corresponde, até certo ponto, à própria evolução da sociedade humana desde o passado remoto (...) até nossos dias, desde o começo da estratificação das sociedades primitivas até às contemporâneas, autênticas *sociedades de massas* que, não raro, as elites e pseudo-elites arrastam a seu belo talante sob a influência de uma bem norteada propaganda (...) obedecendo a estados emotivos provocados pela anestesia da capacidade de deliberar e de decidir. (Gonçalves, 1961, p. 16-17).

Gonçalves (1961, p. 18-19) relembra que a radiodifusão e a televisão permitem “levar informações, ideologias, sugestões e ordens, quase instantaneamente, a grandes distâncias e a todos os públicos” e que “os aperfeiçoamentos introduzidos na imprensa” facultam a publicação de grandes diários”. Estes, “beneficiando (...) da aceleração dos transportes (...) chegam aos leitores a tempo de não se desactualizarem ante os *diários falados, televisados e filmados*” (Gonçalves, 1961, p. 18-19). Devido a isso, a propaganda contemporânea, de acordo com Gonçalves, usa abundantemente os meios de comunicação social.

Beneyto, citado por José Júlio Gonçalves, explica que a propaganda pode dividir-se em: *propaganda política, propaganda comercial e propaganda religiosa*. Os meios jornalísticos desempenham, de acordo com Gonçalves, um papel de relevo em todos esses tipos de propaganda, mesmo quando não o pretendem e quando não o fazem intencionalmente.

O autor relembra, para finalizar o ensaio, várias técnicas de propaganda através dos meios de comunicação social, como sejam a *repetição*, a *simplificação da mensagem*, a *orquestração*, a *desfiguração*, o *sobredimensionamento*, a *individualização do inimigo*, etc.

2 Política de Informação (1963)

Em *Política de Informação: Ensaio*, José Júlio Gonçalves (1963) começa por esclarecer que conceito está por trás da expressão “política de informação”. Para isso, primeiro diz que por Informação [com maiúscula] se deve entender o conjunto dos meios informativos, nomeadamente os meios jornalísticos; em segundo lugar, recorre a Dovifat, para sustentar que a política de informação, conjunto de medidas aplicadas por Governos e outras entidades em prol do controlo da informação produzida e disseminada num determinado território, tem efeitos ao nível da formação da opinião pública.

Discorrendo sobre as definições de Dovifat, o autor concorda que, em boa parte, elas giram em torno da “ideia de que a Política de Informação é preocupação essencialmente assinada pelos Governos” (Gonçalves, 1963, p. 17). No entanto, José Júlio Gonçalves explica que o prosseguimento de políticas informativas se verifica, também, nas organizações em geral, como as empresas. Mesmo indivíduos com determinados estatutos e papéis sociais, salienta Gonçalves (1963, p. 18), também podem prosseguir políticas de informação, que são, para ele “uma força e, ao mesmo tempo, um instrumento poderoso de penetração psicológica”.

Tendo em conta a amplitude da política de informação e o peso da notícia na marcha da história, percebe-se, lembra o autor, o interesse por parte dos Estados e respectivos Governos e de outras instituições na intervenção, negativa ou positiva, sobre a informação, condicionando-a, muitas vezes, apenas de acordo com os seus interesses, e percebe-se, também, a preocupação dos pesquisadores em estudar os meios de informação e a sua conduta perante a atitude dos Governos (Gonçalves, 1963, p. 19-21).

José Júlio Gonçalves considera, basicamente, a existência de dois tipos de política de informação: a capitalista e a comunista.

Diz o autor que são três os aspectos essenciais comuns à política informativa nos dois modelos principais, o capitalista e o comunista: (1) a preocupação de informar e de fazer propaganda; (2) a ideia de informar e educar, porque a informação conduz à educação que cada um dos regimes considera útil; e (3) a tendência para informar e “desinformar”. Em qualquer dos casos, a informação, salienta Gonçalves (1963, p. 21-23), é usada como meio eficaz de difusão de ideias políticas e como arma psicológica.

No seguimento do que anteriormente afirmou, o autor esclarece que as informações transportam uma carga ideológica que se destina a influenciar as populações, provocando mudanças de opinião e atitudes políticas. Salienta, igualmente, que educação e informação estão intimamente ligadas, visto que a primeira é o “mais eficaz obstáculo que pode opor-se à difusão das ideias que se deseja não penetrem no espírito da população” (Gonçalves, 1963, p. 21-23). Finalmente, explica que a “desinformação” desprende os indivíduos da antiga perspectiva ideológica, substituindo ou mesmo eliminando a velha formação. O objectivo da desinformação é, de acordo com Gonçalves, proteger uma ordem política que se considera adequada ou discriminar outra diferente. José Júlio Gonçalves (1963, p. 23) considera, ainda assim, que por muito relevante que a Política de Informação possa ser, esta nunca fica alheia à influência “das correntes interiores, dos grupos de pressão, dos mitos, etc.”.

Analisando o que mais representativamente caracteriza as políticas de informação capitalista e comunista, o autor afirma que a primeira se qualifica a si própria como livre, aberta e democrática, atribuindo à segunda os epítetos de condicionada, fechada e ditatorial (Gonçalves, 1963, p. 24).

A estrutura da propriedade da mídia também seria um factor diferenciador da política de informação nos blocos capitalista e comunista. A indústria cultural nos países capitalistas tende, relembra o autor, a ser propriedade de entidades privadas, enquanto nos países comunistas é propriedade do Estado (Gonçalves, 1963, p. 25-27).

Objectivando o assunto em questão, José Júlio Gonçalves (1963, p. 28-32) adverte que não há, em nenhum lugar, uma informação isenta

de controlo directo ou indirecto, mesmo no estado mais representativo do mundo capitalista, os Estados Unidos. Inclusivamente, para ele, o condicionamento legal da informação nas democracias capitalistas seria mesmo admitido pelos cidadãos, nomeadamente por razões de protecção jurídica da pessoa humana. Além disso, haveria outros tipos de controlo exercido pelos grupos de pressão e pelo poder económico sobre a informação, à margem do Estado, para satisfação de interesses individuais (Gonçalves, 1963, p. 27-30).

O autor realça, no entanto, que nas democracias capitalistas, em concreto nos Estados Unidos, não há evidência de que a informação seja um instrumento do Governo, embora alguns meios possam servir os propósitos governamentais. José Júlio Gonçalves também não duvida que a propaganda técnica e cientificamente organizada é, depois da intervenção dos grupos e dos proprietários dos meios de comunicação, o fenómeno que mais alterações causa na objectividade da informação nos EUA. Para ele, a informação pode ser quer um meio de que se servem quer os particulares para atingir o poder, quer um meio do poder para subsistir, impor-se e convencer (Gonçalves, 1963, p. 29).

José Júlio Gonçalves (1963, p. 30) explica, no entanto, que pode dizer-se que a propaganda no bloco capitalista nem sempre tem a capacidade de confundir, dominar e orientar as pessoas, uma vez que é impossível impedir os cidadãos de receber notícias fidedignas e verdadeiras de outras fontes. Para ele, nas democracias a informação é relativamente livre, aberta e democrática, apesar de o controlo económico e social de natureza privada poder condicioná-la.

Seguidamente, José Júlio Gonçalves (1963, 27-30) passa à análise da informação no bloco comunista, tomando como paradigma a Informação na ex-URSS, que caracteriza como sendo condicionada, dado que era governamentalizada e partidária e tinha como objectivo principal a “educação” política e cultural do povo. Para Júlio Gonçalves, a informação na ex-URSS era fechada e ditatorial, o que decorreria do controlo que os órgãos políticos exerciam sobre ela.

Segundo o autor, na URSS informação e propaganda eram fenómenos que se confundiam, uma vez que quem informava promovia “directa ou indirectamente, a doutrinação dos indivíduos” (Gonçalves, 1963, p. 27-30). Mais, nos estados comunistas, sustenta Gonçalves

(1963, p. 30), existem mecanismos de controlo que impedem os cidadãos da receber informações que não interessem ao poder.

Refere ainda José Júlio Gonçalves, a propósito do carácter fechado da informação no bloco comunista, que a imprensa permitia que os seus colaboradores e leitores se ocupassem de problemas políticos, possibilitando-lhes pequenas discordâncias. Quando se queria mostrar neutro, o Partido Comunista chegava a fomentar críticas na imprensa aos responsáveis particulares por quaisquer fracassos e deficiências. Isto leva José Júlio Gonçalves a considerar tendenciosos os que afirmavam que a informação da URSS era livre, classificando-a, ele, de “poderosa arma psicológica, que habilmente explora todas as fraquezas do adversário interno e externo” (Gonçalves, 1963, p. 31-32).

O autor explica, também, que um dos mais importantes aspectos da vida e sociedade contemporâneas que a URSS parecia apostada em condicionar, gastando para tal somas astronómicas (objectivo a que se oporia a contrapropaganda anticomunista), era o impacto da informação-propaganda comunista no mundo não comunista, e conclui que tanto nos EUA como na URSS a informação parecia exprimir, devido aos condicionamentos que sobre ela pesavam, uma tendência crescente para o aviltamento da sua essência, da sua estrutura, da sua ética e dos seus objectivos (Gonçalves, 1963, p. 33-35).

José Júlio Gonçalves (1963, p. 37-39) refere-se, igualmente, à questão do *preço* da informação, obstáculo à livre propagação e circulação das notícias. No entanto, segundo ele, têm maior aceitação as notícias pagas do que as oferecidas (por exemplo, através de *press-releases*), pois o custo das primeiras resulta dos dispositivos de verificação da informação, que permitem ganhar a confiança dos destinatários. No entanto, isso tem como revés uma acrescida dificuldade na difusão da informação.

Ao preço, José Júlio Gonçalves (1963, p. 39-40) acrescenta outros obstáculos à difusão e circulação de notícias, dando os exemplos da carência de meios técnicos, da falta de quadros, dos entraves burocráticos e do analfabetismo. Contudo, o pesquisador não duvida em dizer que as maiores dificuldades a vencer pela informação “autêntica” são as inerentes aos aspectos negativos da política de informação seguida pelos governos e outras entidades, nomeadamente o recurso à censura,

que existia, à época, em Portugal, e a outros instrumentos eficazes e poderosos de controlo informativo.

José Júlio Gonçalves (1963, 41-42) explica, ainda, que a evolução das mentalidades e das práticas gerou o direito à Informação (direito a informar, informar-se e ser informado) e mesmo a *obrigação* de informar. Para ele, da informação como dádiva concedida pelos líderes (em que o veículo por excelência das informações era a “viva voz”), evoluiu-se, com o advento da imprensa e dos modernos meios electrónicos de comunicação social, para um sentido de responsabilidade perante a informação. O autor refere, inclusivamente, que, através dos *serviços de informação pública*, os governos dos estados democráticos levam a cabo uma *missão social* institucionalizada que se exprime na obrigação de proporcionar informações relevantes aos cidadãos dos vários estratos sociais. Daí decorre a ideia, sustentada pelo autor, de que todos os membros da sociedade têm o direito de serem informados livremente e, por consequência, o direito de opinar, de comunicar e informar livremente os outros.

O autor relembra, finalmente que o princípio da *liberdade de Informação* tem preocupado diversos organismos internacionais, nomeadamente a ONU, que, por imposição do artigo 19^a da Declaração Universal dos Direitos do Homem, tem proclamado amplamente a sua adesão a esse princípio com tripla forma – liberdade de informar, de informar-se e de ser informado (Gonçalves, 1963, p. 58-60). José Júlio Gonçalves (1963, p. 59) refere, finalmente, que também através da UNESCO se tem procurado obter a cooperação internacional com o fim de melhorar os meios de comunicação, de os tornar mais livres e de alargar as áreas que abrangem, para atingirem um número de pessoas cada vez maior.

3 Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia (1972)

Em *Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia*, José Júlio Gonçalves (1972a), propõe uma análise sociológica, em termos genéricos ou recorrendo a um exame da realidade empírica, aos problemas (étnicos/multiculturais) inerentes aos meios de comunicação social, tema

que também aborda na obra *Efeitos dos Modernos Meios de Comunicação nas Sociedades Plurais* (Gonçalves, 1972b) e nas obras consagradas à recuperação da história do jornalismo colonial português, nas quais enfatiza o papel que Portugal teve na difusão da tipografia e do jornalismo pelo mundo (Gonçalves, 1964; 1965b; 1966; 1967). Retrata, em especial, múltiplos problemas que podem surgir devido a uma comunicação intercultural deficiente.

Segundo o autor, há três tipos de sociedades: 1) *modernas*, 2) *tradicionais* (também designadas *primitivas ou arcaicas*) e 3) *pluralistas* ou *plurais*. Uma sociedade pluralista resulta da interação entre as duas primeiras, conjugando características de ambas mas caminhando no sentido de se transformar numa sociedade moderna. A sociedade tradicional é heterogénea, apresenta imobilismo tecnológico e resistência à mudança, bem como solidariedade de tipo tribal. Evolui lentamente. A “moderna”, caracterizada pela “europeidade”, é homogénea e culturalmente coesa e não apresenta entraves à mudança. A sociedade tradicional estaria em “processo de desagregação”; a moderna, de figurino ocidental, em expansão (Gonçalves, 1972a, p. 63).

Na perspectiva de José Júlio Gonçalves (1972a, p. 66), o crescente contacto das sociedades tradicionais com as modernas leva a mais rápidas transformações nas primeiras. A mídia é, segundo o autor, uma peça chave nesse fenómeno:

as populações ainda tribalizadas, com o advento da televisão completarão o salto iniciado com a imprensa, o cinema e a radiodifusão sonora, de um sistema de comunicação de base marcadamente biológico-mecânico para, sem completo desaparecimento deste, um outro caracterizado pelo recurso a *meios de comunicação* de massa convenientemente estruturados e pelo aparecimento de novos *líderes formais e informais*, em que estes últimos tenderão a ceder o passo àqueles.

Por que é que a mídia tem esse poder transformador? Segundo José Júlio Gonçalves (1972a, p. 66):

quando dois ou mais sistemas de comunicação se põem em contacto, o mais avançado tecnologicamente (...) acaba (...)

por exercer uma espécie de *dominância* que produz (...) efeitos sociológicos que vão desde a *concessão e alteração de status* até à *modificação dos padrões de credibilidade* e das *pautas sociais, morais ou religiosas*, etc., aproximando a cidade do campo, a riqueza da pobreza e, naturalmente, a própria sociedade moderna da sociedade tribal.

A isso acresce que:

Em geral, os *mass media* acumulam-se nas zonas citadinas, permitindo a formação, ali, de uma *elite de proximidade*, sem que o mesmo aconteça nas áreas rurais, não obstante estas constituírem verdadeiras *reservas de valores* que os meios de comunicação não *revelam* com a frequência com que o fazem em relação a quem está mais próximo. (Gonçalves, 1972, p. 66-67).

Os valores das sociedades tradicionais, difundidos pelos respectivos sistemas comunicativos (simples, assentes em meios bio-mecânicos), mesmo quando arcaicos, funcionam, porém, explicita o autor, como travões aos processos de socialização e aculturação promovidos pelos media tecnologicamente avançados (sistemas comunicativos complexos) próprios das sociedades modernas. Mesmo assim, defende o autor, devido à acção da mídia moderna sobre as sociedades tradicionais, notam-se nestas últimas alterações nos estilos de vida, nas hierarquias sociais, nas relações entre as pessoas, nos padrões de conduta e, em suma, nas mentalidades. Mais, a imposição de sistemas mediáticos modernos às sociedades tradicionais põe o domínio sobre os sistemas comunicativos nas mãos de profissionais, quando antes estava nas mãos dos líderes tradicionais (Gonçalves, 1972a, p. 68).

Segundo José Júlio Gonçalves (1972a, p. 68-69), as mensagens geram efeitos verticais (entre indivíduos de classe social diferente) e horizontais (entre indivíduos da mesma classe). No entanto, de acordo com o autor, quanto mais complexo e mutável é um sistema social, mais complexos e difíceis de detectar são os efeitos da comunicação social. Para ele, nas sociedades africanas, cada vez mais plurais (no sentido de misturarem traços modernos com traços arcaicos), é também cada vez mais difícil detectar e prever os efeitos da mídia, até porque, nelas,

o sistema comunicativo moderno coexiste com o sistema comunicativo tradicional. Contudo, o autor admite a existência de fenómenos de *resistência cultural* aos valores, modos de vida e atitudes propostos pela mídia moderna. Inclusivamente, esta resistência à aculturação e socialização seria mais fortes nas sociedades plurais, que ainda mantêm sistemas comunicativos tradicionais paralelos aos modernos, do que nas sociedades modernas, marcadas pela complexidade e mudança.

Nota-se, na obra, que o autor perfilha várias teses do interaccionismo simbólico. Para ele, as instituições e grupos sociais são as mais básicas estruturas que se formam entre indivíduos para a satisfação das mais básicas necessidades. Comunicar, neste contexto, é indispensável. Essas instituições e grupos são responsáveis pela atribuição dos papéis e estatutos sociais que são fundamentais para a estabilidade e harmonia da sociedade. Estes papéis são, no entanto, afectados pela comunicação. José Júlio Gonçalves (1972a, p. 69) afirma, nomeadamente, que a mídia tem contribuído para a ocorrência de mudanças nas instituições e grupos sociais, ao nível das posições, estatutos, papéis sociais, relacionamentos, comportamentos, sentimentos de vinculação, identificação e participação, algo que se compreende porque as instituições se estruturam ao redor de “padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas com o objectivo de satisfazer necessidades sociais básicas e que os grupos são conjuntos de pessoas em interacção e comunicação obedecendo a normas, valores e interesses para concretizarem certos objectivos” (Gonçalves, 1972, p. 71). No contexto africano, que o autor tem presente, “os meios de comunicação (...) contribuem para acelerar o processo de destribalização” (Gonçalves, 1972, p. 72) ao acelerarem os contractos entre sociedades, ao proporem novas formas de encarar o mundo e de agir e ao facultarem processos de aprendizagem social alternativos aos tradicionais. Infelizmente, José Júlio Gonçalves refere que, tendencialmente, a mídia diz o que as pessoas querem ouvir, para captar audiências, ressentindo-se as mensagens da “mediocridade do gosto popular” (Gonçalves (1972a: p. 92).

Abordando, por outro lado, a questão da objectividade jornalística, José Júlio Gonçalves (1972a, p. 88 e 90) reconhece que não é possível dar *informação pura*, mas que é possível pugnar por uma *informação objectiva* (em que existe vinculação entre o que é dito e a realidade), em-

bora admita que “objectividade não é sinónimo de verdade”. De qualquer maneira, o autor sugere que o receptor tem uma lata liberdade interpretativa e de aceitação ou rejeição das mensagens (Gonçalves, 1972, p. 90).

De qualquer modo, o autor recorda, finalmente, que os meios propõem modelos sociais e projectam, frequentemente, estereótipos. Ora, se “noticiar e fazer reportagem são duas funções primordiais dos meios de comunicação social” (Gonçalves, 1972, p. 97), então, segundo ele, torna-se necessário que os jornalistas tenham uma profunda preparação, incluindo uma boa formação, para não cometerem erros graves nem gerarem efeitos de boomerang. Salienta, por exemplo, que um vocábulo usado sem problemas na Europa pode ferir susceptibilidades em África. Contudo, José Júlio Gonçalves, sem desculpabilizar os erros jornalísticos, também reconhece que “recolher, verificar, seleccionar informações para fazer notícias (...) não é tarefa fácil” (Gonçalves, 1972, p. 98).

Considerações finais

Podendo criticar-se a sua obra, que tem as marcas indeléveis do contexto em que foi produzida, o que é certo é que José Júlio Gonçalves foi um dos autores portugueses que, desde o prisma das ciências sociais, conseguiu dar um recorte científico à pesquisa em Comunicação e Jornalismo em Portugal, num tempo em que se considerava que estas matérias não tinham dignidade académica para serem estudadas autonomamente como cursos superiores e em que alguns ainda admitiam, inclusivamente, que o jornalismo não poderia ser aprendido e ensinado como qualquer outra profissão liberal, já que seriam os “dotes pessoais” que fariam o jornalista (Bramão, 1899, p. 16; Veloso, 1910/1911; Marques Gastão, 1959).

Conclui-se, ainda, que o autor, vivendo numa potência colonial, se preocupou em diagnosticar o estado do jornalismo e da comunicação social em geral no mundo português, incluindo as então colónias africanas e asiáticas, recuperando factos olvidados pela história, nomeadamente a intervenção portuguesa na expansão da imprensa e da

tipografia. Atentou, também, nos efeitos transformadores que tinham os modernos meios de comunicação social nas sociedades tradicionais africanas, cujas hierarquias, laços e valores se recomporiam por acção desses meios.

José Júlio Gonçalves também fez um diagnóstico jurídico-sociológico à situação do jornalismo português de então, insinuando que a censura era um instrumento de propaganda do Governo, que, como todos os governos, zelava pelos seus interesses através da política de informação adoptada. Igualmente advoga a necessidade de os estados seguirem políticas que consagrem a liberdade de informação, acto corajoso em plena conjuntura repressiva e censória imposta pelo Estado Novo. E reconhece, a propósito, que nas democracias a educação que é dada aos indivíduos e a diversidade de fontes informativas dificulta o controlo da formação de correntes de opinião por uma única entidade.

Escrevendo em plena Guerra-Fria, num mundo bipolar, José Júlio Gonçalves preocupa-se em comparar o jornalismo no mundo comunista ao capitalista. Mas, num tom significativamente actual, sublinha que o jornalismo nos países capitalistas não é livre, por causa da intenção lucrativa das organizações noticiosas, dos lóbis políticos e económicos e dos governos que, em conjunto, enviesam a informação, ao tentarem que esta dê boa conta dos seus interesses. Realça, ainda, a existência de outros constrangimentos à produção e circulação da informação, como o custo e o preço da mesma, a disponibilidade de meios técnicos, financeiros e humanos, etc.

Em suma, pode afirmar-se que José Júlio Gonçalves estava, nos anos sessenta, perfeitamente sintonizado com as questões levantadas pelos pesquisadores da comunicação, da informação e do jornalismo doutras partes do mundo, tendo-se preocupado em trazê-las para o campo de estudo dos académicos portugueses e em apresentá-las com recorte objectivo e científico. Tendo-se em consideração o relativo deserto da produção sociológica portuguesa sobre essas matérias nessa época, até porque os estudos sociológicos não interessavam ao regime, pode justamente considerar-se José Júlio Gonçalves um dos pioneiros da introdução da sociologia da informação e da comunicação em Portugal.

Referências bibliográficas

- BARRETO, A. e PONTES, J. (Orgs.) (2007). *Portugal: Um retrato social*. Lisboa: Público/RTP.
- BRAMÃO, A. (1899). *O Jornalismo*. Lisboa: Tipografia Rua da Barroca.
- GASTÃO, M. (1959). *A Nobre Condição do Jornalista Diante da Literatura*. Lisboa: edição do autor.
- GONÇALVES, J. J. (1964). *A Informação em Angola: Elementos para o Seu Estudo*. Lisboa: s/e.
- GONÇALVES, J. J. (1965a). *A Informação em Moçambique: Contribuição Para o Seu Estudo*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- GONÇALVES, J. J. (1966). *A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISCSPU.
- GONÇALVES, J. J. (1967). *A Informação nas Províncias do Oriente: Elementos para o Seu Estudo*. Lisboa: ISCSPU.
- GONÇALVES, J. J. (1972a). *Alguns Aspectos e Problemas da Evolução e Condicionamento da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- GONÇALVES, J. J. (1972b). *Efeitos dos Modernos Meios de Comunicação nas Sociedades Plurais*. Bissau: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.
- GONÇALVES, J. J. (1965a). *Leis da Informação: Portugal: 1627-1965*. Braga: Pax.
- GONÇALVES, J. J. (1972c). *Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- GONÇALVES, J. J. (1963). *Política de Informação: Ensaios*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

GONÇALVES, J. J. (1961). *Técnicas de Propaganda: Elites, Estados e Outros Estudos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

VELOSO, R. (1910/1911). *Jornalistas Portugueses*. Farnalhão: Tipografia Minerva.